# Cor, Raça, Discriminação e Identidade Social no Brasil

Simon Schwartzman[1]

Há muito tempo se discute, no Brasil, se as diferenças de rendimento e oportunidades entre brancos e negros são uma questão de classe ou de raça. Antes da guerra, haviam autores que diziam que a "mestiçagem" contaminava o povo brasileiro com características morais e intelectuais indesejáveis, e que nossa esperança estaria no "branqueamento" gradual da população. Esta maneira racista de entender as coisas ficou desmoralizada depois do Nazismo, e a questão das diferenças entre as raças passou a ser interpretada em termos de classe. Nesta nova visão, não existem diferenças raciais significativas entre as pessoas, e sim diferenças sociais, de classe. Quando os pobres forem menos pobres, quando houver educação e oportunidade para todos, os problemas de desigualdade de renda e sobretudo de oportunidade desaparecerão.

Esta noção de que o problema racial no Brasil era, na verdade, um problema de classe, com raízes na história tão recente da escravidão, se apoiava no fato de que o Brasil nunca teve barreiras raciais tão rígidas quanto, por exemplo, os Estados Unidos, e sempre experimentou um grau muito alto de mestiçagem e convivência entre pessoas de características raciais e culturais muito distintas. Alguns autores tentaram explicar isto pelas diferenças entre a Igreja Católica, que trata a todos como iguais, e a tradição protestante, que tende a manter as comunidades muito mais isoladas e fechadas. Outros buscam a explicação na cultura portuguesa, tradicionalmente mais promíscua e menos preconceituosa do que a anglo-saxã. Seja como for, o fato é que o Brasil nunca teve legislação que tratasse as pessoas de forma diferente conforme sua raça ou cor, e o preconceito e a discriminação racial, que nunca deixaram de existir, permanecem no mundo das relações privadas, e não são comportamentos aceitos nem aprovados abertamente pela sociedade. A esperança dos defensores da tese de que o problema racial era uma questão de classe era de que o Brasil poderia evoluir realmente no sentido de um grande cadinho racial, o "melting pot" que alguns autores norte-americanos previam para seu país, mas do qual os Estados Unidos parecem se afastar cada vez mais.

O problema com esta maneira de ver as coisas é que ela muitas vezes levava à tese de que no Brasil não existia um problema racial e que a discriminação era uma coisa de pouca importância. Esta visão, na aparência benevolente, se chocava com a experiência quotidiana de milhões de pessoas de origem negra, e as pesquisas começaram a mostrar a realidade mais profunda das diferenças de raça no país. Hoje sabemos que não se trata, somente, de que os negros sejam mais pobres, menos educados, e por isto ganhem menos, e tenham menos oportunidades. Para o mesmo nível de educação, na mesma profissão, na mesma região geográfica, o negro ou pardo está quase sempre em posição inferior ao branco. Esta realidade, combinada com a influência e o exemplo do movimento negro nos Estados Unidos, levou à criação de um movimento afirmativo entre intelectuais negros no Brasil. Para eles, não havia porquê continuar esperando que as diferenças de classe desaparecessem, e muito menos continuar a imitar os brancos como forma de evitar o preconceito e a discriminação. Era necessário, ao contrário, assumir a identidade negra, valorizá-la, e partir para a ação no sentido de impedir o

[1]As ideias expressas neste texto são da responsabilidade pessoal do autor.

racismo e obter compensação e correção dos efeitos da discriminação passada. Como isto pode ser feito, e que resultados podem ser conseguidos, é um tema muito discutido, e objeto de grandes controvérsias sobretudo nos Estados Unidos, onde o movimento de valorização da cultura e da tradição negra e os programas de ação afirmativa avançaram mais. Em um extremo estão os que insistem no ataque à discriminação dos brancos, e no recebimento de compensações, para uma maior integração na sociedade; no outro, estão os que insistem na valorização da cultura e das tradições negras, discriminam os brancos e preferem o isolamento. Há quem diga que a ação afirmativa foi um sucesso, e outros que argumentam que ela só serviu para aumentar a desconfiança e o fosso de comunicação entre negros e brancos. O fato, nos Estados Unidos, é que existe hoje uma identidade cultural e social negra que pode ser valorizada, dando a muitas pessoas um sentido de dignidade e pertencimento que não existia antes, ainda que, em muitos casos, as condições de pobreza, desigualdade e mesmo discriminação continuem presentes.

O projeto de lei da Senadora Benedita da Silva, de tornar obrigatório o registro da cor das pessoas nos documentos de identidade, nos registros escolares, nos registros hospitalares e nos registros policiais[2], é uma tentativa de intensificar, pela via legal e administrativa, a afirmação da identidade negra no Brasil. A justificativa é a persistência das diferenças de raça no país, e a necessidade de "quantificar e especificar a população negra, contribuindo também para a formação da consciência, de nossa sociedade e da sua pluralidade". Apesar da boa intenção, a proposta é muito problemática, e pode acabar criando uma situação extremamente difícil, e não contribuindo para os objetivos a que se propõe.

Existe uma grande diferença entre o que ocorre com os grandes números, no nível da estatística, e o que ocorre com as pessoas, e o projeto não toma isto em consideração. Sabemos, por exemplo, que as pessoas gordas correm mais risco de terem problemas coronarianos do que as demais, e isto deve ser estudado estatísticamente. Não teria sentido, no entanto, exigir que estas pessoas tivessem a identidade de "gordo" registrada em suas carteiras. No passado, e ainda hoje em muitas sociedades, as pessoas eram separadas em grupos fechados, e a identidade de cada um era definida de forma clara e inequívoca, já que, quase sempre, quem era de determinada raça era também de determinada religião, morava em determinada área, falava determinada língua, e assim por diante. Nas sociedades modernas, as identidades tendem a ser muito mais confusas, muito menos pre-determinadas, e dependem, muitas vezes, da opção de cada um. Para mulheres ativas nos movimentos feministas, a identidade feminina pode ser aquilo que elas preferem acentuar, e a através da qual elas querem ser identificadas. Para os participantes dos movimentos gays ou lésbicos, o que predomina é a preferência sexual. Para os religiosos de determinados grupos, a marca principal é a religião; para os profissionais, vale a profissão; para os membros do movimento negro, é a raça, ou a cultura de origem africana, que identifica as pessoas acima de tudo. Tornar obrigatória e oficial uma destas possíveis identidades - neste caso, a raça, expressa como "cor" - pode ser um passo no sentido de obrigar as pessoas a assumir uma identidade que elas podem preferir não ressaltar, por que entendem que sua inserção na sociedade se dá por outras vias. O mesmo argumento sobre a obrigatoriedade da "cor" nos documentos poderia se ampliado para a obrigatoriedade do registro da preferência sexual, religiosa, constituição física, origem e assim por diante, consistindo em uma intromissão indevida no direito

[2]Projeto de Lei do Senado no. 16, de 1995.

das pessoas de optar e administrar sua própria forma de inserção na sociedade.

Não é necessário definir nos documentos e nos registros públicos a identidade racial de cada um para que possam existir boas estatísticas a respeito das questões envolvidas. É possível fazer boas estatísticas com pesquisas por amostras, com pesquisas anônimas, onde as informações são obtidas e analisadas sem necessidade de pendurar etiquetas nas pessoas. A dificuldade que o IBGE encontra para pesquisar esta questão é exatamente a mesma que leva a Senadora a propor que seja registrada a "cor" das pessoas, e não sua raça ou sua origem: é que a identidade racial do brasileiro é de fato difusa, e não seria possível, a não ser por pesquisas genéticas extremamente complicadas e de resultado duvidoso, classificar as pessoas por "raça" no Brasil, e ou mesmo por "cultura" ou "origem". A opção, adotada no passado pelo IBGE, de perguntar pela "cor", foi uma tentativa de encontrar uma forma neutra de se aproximar da questão da raça, sem pretender medí-la diretamente. Os termos propostos - branco, pardo, amarelo, preto - foram pensados como totalmente descritivos, sem nenhuma idéia de que eles servissem como forma de identificação dos grupos. Mas as palavras nunca são totalmente neutras, e hoje muitos negros não gostam de ser chamados de "pretos" (ao contrário dos Estados Unidos, onde o termo "preto", *black*, é preferido hoje ao de negro, *negro*, ou ao supostamente neutro *colored*), e nenhum "pardo" gosta de ser chamado por este nome. Além desta dificuldade, os limites entre os diferentes grupos são fluidos, e dependem, em grande parte, da definição de cada um, ou dos olhos de quem vê.

A criação de uma exigência legal de registrar a "cor" das pessoas colocaria imediatamente a questão de quantas cores seriam admitidas, e de quem faria a atribuição da cor para as pessoas. A questão de "quantas cores" não está presente na proposta, e a idéia que transparece é a de que a categoria de "pardos", que segundo as estatísticas do IBGE corresponde a 42.5% da população, desapareceria, e seria assimilada à de "pretos", ou negros, que também segundo o IBGE são cinco por cento do total (mas elas também poderiam ser classificadas como "brancas", que correspondem a 51% do total). Tampouco fica claro o que ocorreria com a categoria de "amarelos", que, nos dados do IBGE, inclue pessoas de origem oriental, índios brasileiros e boa parte da população nordestina.

A questão de quem faz a atribuição da cor, finalmente, é impossível de solucionar. Em alguns casos, as próprias pessoas poderiam se auto-definir, mas muito provavelmente elas prefeririam não se enquadrar em uma das poucas categorias definidas pela legislação. Em outros casos - crianças recem-nascidas, vítimas de acidentes - o funcionário encarregado do registro, ou quem sabe algum parente, deveriam decidir. Mas como tornar a informação coerente? Como evitar o preconceito nesta classificação? Usar uma escala cromática, talvez, e comparar a cor da pele do braço das pessoas com uma série de cores numeradas? Mas qual o sentido real, sociológico, cultural ou biológico, de uma mensuração como esta? Nenhum, evidentemente.

Podemos concluir observando que a época moderna tem presenciado um movimento no sentido de recuperação e valorização da identidade das pessoas, em seus diferentes aspectos - culturais, históricos, religiosos, e mesmo físicos - e também fenômenos assustadores de violência e genocídio associados a conflitos raciais, religiosos e culturais. Não é mais possível pretender que as pessoas sejam jogadas na vala comum da uniformidade, que muitas vezes encobre situações odiosas de discriminação e desigualdades. A recuperação e valorização das identidades é um processo rico e profíquo, que

pode dar às pessoas mais sentido para suas existências, e abrir caminho para novas conquistas. Mas deve ser um processo voluntário das pessoas, dos grupos, e permanecer sempre aberto e plural. O Estado não deve assumir para si a tarefa de definir de forma autoritária a identidade das pessoas, mesmo em nome de ideais tão nobres como a da "pesquisa" ou do "conhecimento". O que hoje é proposto em nome do melhor conhecimento pode se transformar com facilidade em um instrumento de discriminações e conflitos entre cidadãos de diferentes classificações. A igualdade de todos perante a lei, apesar de encobrir, como sabemos, tantas desigualdades de fato, continua sendo uma das grandes conquistas das sociedades democráticas contemporâneas, e não deve ser tocada. Se isto ocorrer, o que está pensado como um avanço pode terminar se transformando, afinal, em um grande e lamentável retrocesso.